

X Reunião de Ministros do Ambiente da CPLP

“Desafios Climáticos e o Papel das Próximas Gerações de Líderes Ambientais”

São Tomé e Príncipe, 18 fevereiro 2025

Senhora Ministra Nilda da Mata,

Senhores Ministros,

Senhor Diretor da Cooperação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa,

Caros Colegas,

Senhoras e Senhores,

Começo esta intervenção com um cumprimento especial à presidência santomense da CPLP, na pessoa da Senhora Ministra, a quem agradeço a calorosa receção.

Esta é a primeira vez que participo numa Reunião de Ministros do Ambiente da CPLP, ciente de que a preocupação com a ambiente remonta à criação desta própria Comunidade, e com a continuada esperança de que possamos responder em conjunto à emergência ambiental que todos enfrentamos.

Fazemos parte de uma Comunidade com países pertencentes a regiões geográficas distintas, oferecendo à CPLP a possibilidade de se afirmar como uma plataforma estratégica de concertação pluricontinental,

que se estende do Atlântico ao Pacífico, propiciando mais oportunidades de cooperação e investimento.

O lema da presidência santomense é “Juventude e Sustentabilidade”, o que nos parece inspirador para o trabalho conjunto da CPLP, e representa uma aposta no futuro de uma Comunidade que se pretende cada vez mais forte, coesa, ativa, assertiva nas respostas aos desafios do século XXI, nomeadamente àquele que é o maior flagelo de todos: as alterações climáticas.

Vivemos uma crise climática com impactos globais. O ano de 2024 foi o mais quente de que há registo e as consequências a curto prazo têm sido bastante visíveis em todo o mundo.

A ação climática torna-se assim cada vez mais premente, e a verdade é que são vários os Estados-Membros da CPLP que constam entre os países mais vulneráveis às alterações climáticas, o que nos exige uma preocupação acrescida.

É de salientar, nesse contexto, o papel fundamental que a juventude tem na construção de um futuro mais sustentável, através da sua capacidade de inovação, ação e mobilização. Os jovens são uma parte ativa e poderosa da solução.

Portugal está comprometido em fortalecer a cooperação internacional para o clima, no âmbito desta Comunidade, apoiando os seus Estados-Membros e criando parcerias centradas na adaptação e na mitigação para as alterações climáticas. Neste sentido, temos procurado desenvolver mecanismos financeiros inovadores. Exemplo disso são os

acordos de conversão da dívida em investimento climático, assinados por Portugal com Cabo Verde e com São Tomé e Príncipe.

A par disso, entre 2017 e 2024, o Fundo Ambiental, enquanto instrumento principal de financiamento da política do ambiente e da ação climática em Portugal, financiou cerca de 80 projetos de cooperação com um investimento de aproximadamente 18 000 000€ com impacto significativo nas populações abrangidas.

Excelências,

Permitam-me realçar o que Portugal tem feito em matéria de ambiente e alterações climáticas.

Portugal quer fazer da descarbonização uma oportunidade de dar mais competitividade à nossa economia, promover crescimento, atrair investimento e melhorar a qualidade de vida dos cidadãos. Estamos fortemente empenhados em colocar as pessoas no centro da descarbonização da economia, enquanto promovemos a inovação e o investimento, para garantir um futuro mais verde e competitivo sem deixar ninguém para trás.

Reforçámos recentemente a nossa ambição, com a revisão do Plano Nacional de Energia e Clima que nos irá permitir alcançar a neutralidade climática em 2045, e reduzir as emissões de gases com efeito de estufa para 55% até 2030, em relação aos níveis de 2005.

A par desta tão necessária redução das emissões em todos os setores da sociedade, sabemos que para alcançar a neutralidade climática é

também imperativo apostar no aumento da capacidade de sequestro de carbono.

Não nos podemos esgotar nas opções existentes e urge apostar em mecanismos inovadores que permitam apoiar ao cumprimento dos objetivos nacionais. Este é o mote que levou à criação do Mercado Voluntário de Carbono a nível nacional.

Esta iniciativa possibilita também a mobilização e participação dos agentes à escala local e regional, promovendo uma maior coesão do território e sua ocupação, assim como a promoção de benefícios mútuos, ambientais e socioeconómicos.

Apenas imbuídos de um verdadeiro espírito de parceria e cooperação conseguiremos apoiar-nos mutuamente na resposta às crises. Os seus impactos são diferentes e dependem de diversos fatores, mas a nossa resposta só pode ser coordenada e comum, porque precisamos de construir sociedades mais resilientes, verdes e que protejam o bem-estar dos nossos cidadãos e o desenvolvimento sustentável.

Termino felicitando o Brasil por ser o primeiro país de língua portuguesa a organizar uma Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas para as Alterações Climáticas, a qual terá lugar em Belém, em novembro próximo, expressando a inteira confiança de Portugal de que teremos uma COP ambiciosa e bem-sucedida.

Obrigado.